

A previsão das duas instituições é manter a parcela dos gastos dedicada à folha de pagamentos abaixo dos 90% neste ano. Na Universidade de São Paulo, esse gasto já consome 100% do orçamento da instituição, motivando as reduções anunciadas para este ano

Unesp e Unicamp economizam para evitar colapso financeiro igual ao da USP

Paulo Saldanha
Victor Vieira

Ao mesmo tempo em que a Universidade de São Paulo (USP) enfrenta uma crise financeira, provocando cortes de 30% nos gastos com custeio e investimentos neste ano, as outras duas estaduais paulistas também já se antecipam a um colapso financeiro e começam a economizar. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp) também cortaram gastos em 2014.

A previsão das duas instituições é manter a parcela dos gastos dedicada à folha de pagamentos abaixo dos 90% neste ano. Na USP, esse gasto já consome 100% do orçamento, motivando as reduções para 2014. Apesar de as medidas de contenção terem sido tomadas somente neste ano, a USP já extrapola seu orçamento desde 2011, como revelou o Estado em fevereiro. O comprometimento dos gastos com pessoal foi motivado por mudanças no plano de carreira e contratações dos funcionários na última gestão.

A Unicamp já diminuiu os recursos destinados a obras e outros investimentos. Para custeio das unidades e manutenção predial, não houve avanço, como de costume, e foi mantido o mesmo orçamento de 2013. Segundo a reitoria, também não foram previstos recursos para reposição de vagas de funcionários aposentados e pa-

ORÇAMENTO DAS ESTADUAIS

• Além da USP, Unesp e Unicamp também têm mais de 85% dos recursos comprometidos com os salários de professores e funcionários

Repasses às estaduais

Gastos previstos no orçamento 2014



FONTE: USP, UNESP, UNICAMP E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ra novas vagas certificadas. Ainda não foram usados recursos das reservas da instituição, mas no ano passado os valores pagos com salários já bateram 92,29% dos repasses do tesouro estadual que financiam a universidade. Para o exercício de 2014, a previsão é de que a folha consuma 89,56% do orçamento, mas não foi considerada a hipótese de reajuste salarial no ano. Já a Unesp reduziu em 50% os valores reservados a contratação de professores e funcionários na comparação com o ano passado. Os cortes com o Plano de Desenvolvimento Institucional, que inclui atividades de pes-

quisa e extensão, chegaram a 35%. Entre as três estaduais, a Unesp é que apresenta a situação mais controlada. Fechou 2013 com 88,85% do orçamento comprometido com pagamento de funcionários e a previsão deste ano é de que esse percentual fique em 86,5%. Essa previsão para o ano, segundo a assessoria de imprensa da universidade, depende “do comportamento do ICMS ao longo do ano” e da possibilidade de “dissídio coletivo em maio”.

Em relação aos aumentos salariais para professores e funcionários nos últimos anos, a USP esteve à frente das outras. O

• Cintos apertados

2004 foi o ano de comprometimento máximo da Unicamp com salários na última década: 98%

93% era o índice de gastos com pessoal na Unicamp no fim de 2013

Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo decidiu por um reajuste de 30% entre 2009 e 2013 para professores e servidores, na mé-

0,75% abaixo do esperado foi a cota de ICMS para a Unesp em 2013

47,3% foi o aumento na arrecadação de ICMS no Estado de 2009 a 2013 – de R\$ 57,76 bi para R\$ 85,07 bi

dia. No caso da USP, no entanto, os reajustes foram maiores: de 43,19% para docentes e 74,85% para servidores. Além de gastos mais altos

com pessoal, um dos motivos apontados para as dificuldades orçamentárias é a desaceleração da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A previsão para 2014 é o que o recolhimento salte 6,8%, o menor aumento dos últimos anos.

Independência. Desde 1989 as universidades estaduais de São Paulo têm autonomia financeira e recebem parcela fixa de 9,57% do arrecadado pelo ICMS. Os recursos são divididos pelas três instituições. Assim, o orçamento varia a cada ano. O decreto que estabelece a autonomia recomenda que as despesas com a folha de pagamento sejam inferiores a 75% do total, mas não prevê sanções em caso de descumprimento.

Segundo o especialista em gestão na área de educação Roberto Lobo, o Estado deve ser responsável pelas verbas de manutenção e pela folha de pagamentos, e os gastos com salários não devem superar os 80% sobre o total de repasses. “Se a verba é usada somente com o pessoal, a instituição fica sem dinheiro para transportes, concertos, etc”, afirma ele, que também é ex-reitor da USP. Para Lobo, a independência financeira é um dos requisitos para o desenvolvimento das instituições, principalmente na pesquisa. “É a autonomia que permite o sucesso de boas universidades no mundo. Esse modelo traz mais vantagens do que problemas”, aponta.